

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DA
PAISAGEM NA ALDEIA DA LUZ
REGENERAÇÃO DE UM
TERRITÓRIO ESQUECIDO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA
ANO 2014

Mestrando: Gonçalo de Albuquerque Marcão Pereira Henriques
Orientadores: Inês Lobo, João Vaz, Joaquim Moreno



Texto segundo o antigo Acordo Ortográfico

ÍNDICE

Abstract/Resumo

Agradecimentos

Índice

Horizonte Portugal, Explicação do exercício

Localização, Aldeia da Luz

Regeneração de um território esquecido, Introdução

Artificialização. do território, Barragem do Alqueva

Espaço público no contexto de Alqueva, Confronto de limites

El anillo, de José María Sánchez García, Caso de Estudo

Património enquanto regenerador urbano, Estrutura do lugar

Da concentração à transição, Relação com a água

Nova condição territorial, Enquadramento histórico

Um mito tornado realidade, Uma necessidade urbana

Uma aldeia em mudança, O processo de transformação

Nova Aldeia da Luz, Lugar isolado

(Re)construção do território, Plano urbano

Memória, Aproximação ao território

Contemplação, Aproximação da paisagem

Permanência, Residências

Comunicação, Centro de Investigação da Paisagem

Salas de exposição e trabalho

Áreas de recepção e lazer

Miradouro para a paisagem

Materialidade

Território promissor

Artificialização crescente

Índice de Imagens

Bibliografia

RESUMO

Localizada na margem nascente da albufeira do Alqueva, a Aldeia da Luz foi a principal vítima deste empreendimento. Para além de ter alterado radicalmente a paisagem, foi também responsável pela instauração de novos limites hidrográficos, criando assim uma nova condição territorial.

A aldeia foi reposta num outro local, perto da antiga povoação, provocando algum descontentamento na população pela perda de todo o simbolismo do lugar criado ao longo do tempo.

A relação com o rio Guadiana alterou-se gradualmente tornando-se uma imagem de evocação da memória local, responsável pela extinção do carácter público que se desenvolvia ao longo das margens, e de um sistema de mobilidade que colocou em causa a existência de diversas povoações que se converteram a um maior isolamento.

O projecto Horizonte Portugal pretende fazer parte da construção de um lugar que está cada vez mais destinado ao esquecimento, por um plano que se desenvolve em momentos distintos. Trata-se de um plano que pretende ser um exemplo de desenvolvimento local para as povoações da região, de modo a consolidar a relação da Aldeia da Luz com a envolvente; não se restringe somente aos seus limites edificados e incrementa novas medidas sustentáveis que devolvam o carácter comunitário às ruas.

Assim, a proposta opera como um observatório que, estabelecendo-se como um ponto de relação e aproximação ao território, destaca-se como um espaço de comunicação e de contemplação da paisagem, e como um laboratório que pretende estabelecer uma plataforma de novas formas de permanência na aldeia.

Tendo como base o estudo da evolução do espaço e de todo o sistema do Alqueva, a dissertação pretende apresentar o Centro de Investigação da Paisagem como uma ferramenta regeneradora do lugar esquecido, como um elemento capaz de voltar a dotar o território de sentido.

Palavras-chave: Território, Paisagem, Comunicação, Permanência

ABSTRACT

Located on the east margin of Alqueva bayou, Aldeia da Luz was the main victim of this venture. Besides having radically changed the landscape, was also responsible for setting up of new hydrographic boundaries, creating a new territorial condition.

The village was restored in another place near the old town, causing some discontent in the population by the loss of all the symbolism of the place created over time.

The relation with Guadiana river has changed gradually becoming an image of evocation of the local memory, responsible for the extinction of public character that developed along the banks, and a mobility system that put into question the existence of several villages who converted to further isolation.

The project Horizonte Portugal aims to be part of building a place that is increasingly destined to oblivion, by a plan that is developed at distinct moments. It's a plan that intend to be an example of local development to the region's villages, in order to consolidate the relation of Aldeia da Luz with the surrounding; not restricted only to its edified limits and increments new sustainable measures to restore the community character of the streets.

So, the proposal operates as an observatory that, establishing himself as a point of connection and closeness to the territory, stands out as a space for communication and contemplation of the landscape, and as a laboratory which aims to establish a platform for new forms of permanency in the village.

Based on the study of the evolution of the space and the whole system of Alqueva, the dissertation aims to present the Research Centre of the Landscape as a regenerative tool of the forgotten place, as an element able to re-endow the territory of meaning.

Keywords: Territory, Landscape, Communication, Permanency

AGRADECIMENTOS

À minha família, em particular os meus pais, pelo apoio e educação, pelos valores que me inculcaram, pelo enorme carinho demonstrado ao longo destes cinco anos, por terem estado sempre presentes.

Aos meus amigos e colegas de faculdade, pela amizade, companheirismo, motivação, pelas tardes e noites de trabalho infindáveis e pelas constantes partilhas de conhecimentos. Sem eles esta aventura não tinha o mesmo resultado.

Aos orientadores deste trabalho, Inês Lobo, João Vaz e Joaquim Moreno, pela sabedoria e disponibilidade, e por terem ajudado a tornar este projecto possível.

Aos professores que mais me marcaram, nomeadamente, e sem nenhuma ordem especial, Telmo Cruz, Ana Vaz Milheiro, João Gomes da Silva, Bernardo Pimentel, Mário Boucinha, Filipa Ramalheite, Flávio Barbini, Nuno Mateus, José Adrião, João Santa-Rita, Ricardo Carvalho e Ricardo Bak Gordon, por acreditarem que era sempre possível fazer melhor.

A todos os que me rodeiam, e que de certa forma foram importantes nesta caminhada e no meu crescimento, muito obrigado!

HORIZONTE PORTUGAL

EXPLICAÇÃO DO EXERCÍCIO

Falar de Portugal é pronunciar um variado conjunto de culturas que identifica cada uma das regiões do nosso país. Mesmo no canto mais recôndito da povoação mais remota, existem traços de história que se vão perdendo, devido ao êxodo rural para as grandes cidades; assim estes lugares ficam completamente abandonados, sem ninguém para contar a estória.

Através deste projecto Horizonte Portugal, do fotógrafo Duarte Belo, pretende-se aproximar o povo português do seu património cultural e natural, com o objectivo de propôr acessos a esses lugares, estimulando a sua procura através de percursos naturais ligados a diferentes meios de transporte, na tentativa de revelar um país desconhecido.

O desafio lançado consiste na oportunidade de projectar um Centro de Investigação da Paisagem que possa armazenar toda esta informação e que defina uma estratégia de comunicação com todo o território português.

LOCALIZAÇÃO

ALDEIA DA LUZ

“Tudo se concentra em Lisboa. Este é um projecto descentralizado que visa a formação e sensibilização de públicos.”¹

Numa época em que as grandes metrópoles são geradores da maior parte da actividade humana, a opção de rejeitar uma cidade como Lisboa ou Porto como um local atractivo para a implantação de projecto, prende-se com o facto de correr o risco de se perder no meio de toda a informação que as cidades actuais produzem.

Sendo este um projecto também descentralizado, que visa considerar a cultura e património natural português como um factor importante de desenvolvimento local, e que pretende ser uma referência de um território em crescimento, a área em estudo corresponde à área da albufeira do Alqueva.

Após a construção da Barragem de Alqueva, este território foi aquele que mais alterações sofreu ao nível da paisagem e dos seus limites hidrográficos, com uma nova relação com o rio Guadiana muito pouco explorada. A albufeira do Alqueva, insere-se na bacia hidrográfica do rio Guadiana, e desde 2002 está a formar o maior lago artificial da Europa, por consequência da construção da Barragem de Alqueva.

Associado à Aldeia da Luz, pelo seu mediatismo, pela sua proximidade da água e pelas fragilidades que o impacto deste empreendimento apresenta, este projecto tem como principal função trazer novas rotinas a um local onde se tem vindo a pôr em causa a sua existência enquanto núcleo urbano.

Reposicionada num outro local após a construção da barragem, localiza-se a Sul de Mourão, a localidade mais próxima, uma aldeia com aproximadamente 300 habitantes, onde o sector primário é o principal ofício e a água é o elemento central da paisagem que expressa a memória de uma vida outrora existente.

¹ Rui Silveira in Revista Seara Nova 2010, sobre o Centro de Artes Performativas em Montemor-o-Novo

REGENERAÇÃO DE UM TERRITÓRIO ESQUECIDO

INTRODUÇÃO

Na presente dissertação, pretende-se desmistificar este território ocupado pela Albufeira do Alqueva, desde o momento da sua formação até ao choque social que se instaurou no território com a construção deste empreendimento.

O maior impacto provocado pelo alagamento do território, foi a submersão da Aldeia da Luz, que, apesar da reconstrução num outro local próximo da antiga povoação, gerou sempre discussão no seio da população, pela perda de toda a simbologia alcançada pelas suas propriedades ao longo de gerações. O período de negação vivido na região contribuía cada vez mais para um retrocesso que impedia o desenvolvimento local, reflexo do que se ia verificando no interior do país, e uma consequente desertificação que colocava em causa a sua identidade urbana.

O tema que dá sentido a esta estrutura exige que se desconstrua a seguinte questão: Como reactivar um lugar agarrado ao passado e destinado ao esquecimento? A análise territorial e o processo de mudança da aldeia assumem-se como respostas à procura de uma solução arquitectónica a esta questão.

Apesar de se apresentar como uma potência de futuro para a estabilidade de um território convertido à solidão, a subida do nível da água foi responsável pela devastação de um amplo património arqueológico e cultural, que preservava a identidade e a memória colectiva local, e pela criação de um novo limite hidrográfico, que estabeleceu uma nova condição territorial através da formação de penínsulas, espaços vazios que constituem um novo contexto público na sua relação com o rio.

A referida transformação, debruçando-se sobre estes espaços de oportunidade, permitirá uma análise relacionada com a sua forma de ocupação e o uso do território, procurando um maior entendimento de como estes lugares podem servir de elos de ligação e de encontro entre as povoações da região, dotando-os de sentido, como um espaço social que traz uma nova vida ao território.

Deste modo, importa clarificar alguns aspectos relacionados com as alterações implícitas na paisagem, bem como as repercussões de uma memória apagada pelo Grande Lago, na expectativa de descobrir novas dinâmicas que consigam tornar o território apelativo à sua permanência.

Neste contexto, pretende-se lançar um novo olhar sobre estes lugares expectantes como uma hipótese de qualificação e regeneração territorial, introduzindo as primeiras estratégias capazes de contaminar positivamente estes espaços, integrando-os na vida das povoações que os sustentam.

A região, com todas as condições que têm vindo a ser impostas, tem sofrido de uma artificialização constante com a implementação de diversas infra-estruturas que permitam

uma maior manutenção dos programas associados à Barragem de Alqueva, onde a água abundante se torna elemento primordial; e a própria reestruturação da Aldeia da Luz levou à intervenção de um espaço natural que colocou em causa a posição estratégica de diversas ruínas dispersas pelo território. O estudo e consequente intervenção destes lugares, originados pela artificialização do território, é o resultado de um processo que se apresenta como uma possível solução para o desenvolvimento local das aldeias ribeirinhas do Alqueva, de forma a tornar estes espaços mais acessíveis e apelativos à nova relação com o rio.

ARTIFICIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

BARRAGEM DO ALQUEVA

A água desde sempre foi um elemento gerador das práticas sociais do Homem: a canalização de água é um fenómeno recente no mundo rural português, ainda existem práticas de recolha de água nas fontes ou poços para uso quotidiano, a deslocação aos lavadouros para lavar a roupa, as virtudes terapêuticas dos banhos termais, etc. É um elemento essencial à vida, ligado a práticas rituais variadas e venerações a santos relacionadas com antigos cultos e magias das águas.

Por ser um recurso fundamental do quotidiano, e por vezes escapar ao controlo humano, torna-se um bem que é necessário ser domesticado, quer pelos seus excessos, quer pela sua escassez nas zonas a Sul do país, local que recorre às bênçãos das chuvas, demonstradas pelos santuários alentejanos que estão repletos de votos e pedidos de intercessão dos santos para pôr fim às secas devastadoras.

Na tentativa de combater esta triste realidade, começaram a fazer-se, em 1957, os primeiros estudos para um plano de rega do Alentejo, e assim nasceram as especulações à volta de um empreendimento de preservação da água, no qual resultou no projecto da Barragem de Alqueva.

A Barragem de Alqueva, com 250 km² de área e mais de 1100 km de perímetro, abrange cinco concelhos do Alentejo: Portel, Moura, Reguengos de Monsaraz, Mourão e Alandroal, e ainda os municípios espanhóis de Olivença, Cheles, Alconchel e Villanueva.

Trata-se da maior barragem da Europa, com 96 metros de altura no seu nível pleno de armazenamento à cota 152, com o objectivo de: constituir uma reserva de água vital na luta contra a seca, garantindo o abastecimento regular de água às populações; provocar uma alteração no modelo de especialização da agricultura do país, disponibilizando 110 mil hectares de área de rega; possibilitar a produção de energia hidroelétrica; combater a desertificação populacional através da incrementação do mercado de emprego regional e de uma maior dinamização agrícola, industrial e turística, apoiada nas potencialidades que a água pode vir a desenvolver na região.

Este projecto surgiu como um sonho de mudança para melhor, numa zona do país com clima seco e escassez de água, mas transformou-se, ao longo da segunda metade do século XX, num plano que não tinha avanços, de que se falava de uma aldeia para outra, e que parecia não se vir a concretizar, pelos complexos problemas político-económicos que se foram gerando. Após alguns anos de hesitação, as obras arrancaram em 1998 e ficaram concluídas em Janeiro de 2002. A 8 de Fevereiro do mesmo ano fecharam-se as comportas e iniciou-se o enchimento da albufeira do Alqueva.

Com a retoma dos trabalhos em 1993, surgem novas críticas e oposições à medida que o projecto avança, e os seus detalhes tornam-se públicos e alvos de discussão a nível nacional.

As mentalidades e as visões em relação ao Alqueva haviam mudado desde os anos cinquenta, e, por isso, novas preocupações surgiram, relativamente a questões de âmbito ambiental e patrimonial, implícitas naquele território.

Sucedem-se então vários estudos e avaliações, realizados pela EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva) e outras instituições públicas e privadas envolvidas no processo. Sabendo previamente que uma obra desta dimensão implicaria uma profunda alteração da paisagem, dos marcos históricos e da cultura da região, procurou-se criar programas de salvaguarda arqueológica e ambiental que minimizassem os impactos da zona. De uma forma geral, pretendia-se que, do ponto de vista científico e social, o estudo e publicação de novos dados históricos da região levasse à musealização e valorização do espólio material recuperado para uma maior potencialização cultural da região para o futuro, através dos novos ensinamentos.

Com o intuito de recuperar uma região pobre e esquecida, sem alternativas de emprego e oportunidades para os mais jovens, este é ainda um projecto divergente provocado pelo seu arrastamento e indecisão ao longo de décadas. Irrefutavelmente ligados ao Alqueva estão a Aldeia da Luz e os seus habitantes, que, entre o Verão e o Outono de 2002, foram realojados numa nova aldeia, projectada para esse efeito, visto que a velha aldeia ia ficar submersa.

Actualmente, a albufeira do Alqueva cria novas possibilidades de desenvolvimento turístico, que junta ao Grande Lago uma região com uma longa história, evidenciada no seu rico património arquitectónico, arqueológico e cultural. Uma ligação turística que se prende cada vez mais com a imagem da albufeira do que com as aldeias ribeirinhas, que se viram privadas da sua identidade com o desaparecimento de diversas práticas culturais que estavam associadas ao rio e às edificações que ficaram abaixo do nível das águas.

No entanto, associada às inúmeras actividades e a uma divulgação necessária dos costumes tradicionais e artesanato local, o Alqueva está a tornar-se um lugar de eleição no interior alentejano.

ESPAÇO PÚBLICO NO CONTEXTO DO ALQUEVA

CONFRONTO DE LIMITES

Constituindo-se como um elemento que tem de ser preservado num território alentejano esquecido, a água, nos primeiros anos após o fecho das comportas de Alqueva, tornou-se uma ameaça para as povoações que envolvem o rio Guadiana.

Apesar de se aproximar destas localidades, a água tornava-se a principal responsável pelo seu afastamento, e a topografia ia-se revelando cada vez mais regular, em relação com a albufeira, atenuando assim o carácter de vastas construções militares que se impunham na paisagem.

No entanto, a maior transformação deu-se ao nível do território, e a consequente criação de novos limites hidrográficos, que proporcionou uma nova condição dos espaços que se relacionam com a água. Espaços de ninguém, que constituem uma nova oportunidade de desenvolvimento público e privado, num território com uma maior tendência de procura de soluções arquitectónicas para uma maior fixação.

O Monte Alentejano, elemento determinante da organização do espaço neste território, proporcionou diversas intervenções de reposição da memória daquela região, com um cariz mais turístico, por ser através deste ramo que melhor se responde à protecção da identidade local; com uma nova realidade há que saber aproveitar a mudança para se adaptar às necessidades levantadas pelo novo modo de vida. Todos os Montes estavam colocados em locais abaixo das pequenas linhas de festo para melhor abrigo dos ventos, possuindo, porventura, de um maior usufruto do rio para as suas práticas agrícolas. Com o Alqueva a aproximar-se de uma realidade exacta, a actividade dos Montes desapareceu, tendo mesmo de ser demolidos, numa medida ambiental que pretendia preservar a qualidade da água e conceder uma boa navegabilidade. Importantes desde sempre na economia alentejana, foram responsáveis pelas transformações das arquitecturas do meio rural e continuam a ser elementos estruturadores e determinantes da paisagem. Ainda é possível observar na paisagem algumas herdades que se encontram em ilhas, reduzidas à sua ruína, e ainda outras também em locais de fácil acesso que não resistiram à crise económica que atingiu o sector agrícola entre os anos 60 e 70 do século XX, e que são reflexo da memória de uma vida que perdurou ao longo de várias gerações.

Embora com outro carácter, tem-se verificado uma transacção de propriedades junto ao Alqueva, através da apropriação das novas penínsulas criadas pela subida do nível da água da albufeira, impossibilitando o acesso público e a sua relação com o rio a partir destes espaços.

Estes terrenos adquirem ainda maior importância por já se integrarem com os acessos que outrora serviam para caracterizar as relações entre as aldeias e o rio, acentuando ainda mais a incerteza destes lugares que assim podem ser entendidos como locais potenciais para a

revitalização das povoações junto da albufeira, privilegiando ainda mais o facto de esta se encontrar mais próxima, e, por isso, mais acessível às populações.

Como acontece nas cidades, estas áreas desprezadas e marcadas pelo abandono, constituem-se como interrupções espaciais, que neste caso dizem respeito a estes lugares, que não estabelecem qualquer relação com as localidades mais próximas e que conseguem um acesso facilitado à água, como acontecia antigamente com os Montes Alentejanos que eram o primeiros a tirar partido do rio para as suas actividades.

O arquitecto Ignasi de Solà-Morales é responsável pelo olhar sobre estes espaços vazios nas cidades, definindo assim o conceito de "*terrain vague*", como um espaço ambíguo que gera incerteza no meio onde se encontra, relacionado com a ausência de actividade, como um espaço livre e expectante a uma nova ocupação que surge desintegrado de qualquer acção na sociedade.

São lugares aparentemente esquecidos, onde se preserva a memória do passado sobre o presente, com vista a um futuro promissor. Solà-Morales defende que por serem espaços livres, desimpedidos, estão logo disponíveis a receber novas ocupações capazes de criar relações dinâmicas com as povoações que lhes estão associadas.

No caso do Alqueva, são espaços que resultam de uma desordem territorial determinada pela imprecisão inconstante dos limites com a albufeira, desqualificando assim o território, pois não ajuda à formação de um processo para a sua identidade.

Uma desordem que resulta dos fenómenos causados pelo empreendimento do Alqueva, e não por aquilo que se passa nos núcleos urbanos com os quais se relaciona, embora seja o principal motivador para a sua dispersão urbana, originando um declínio das actividades enquanto comunidades, que afectam a comunicação com o mundo exterior.

São, assim, espaços que acabam por reflectir a vida das aldeias com as quais estão associados, e, ao observar a realidade presente do Alqueva, nota-se que não é por acaso que existe um Centro Náutico em Monsaraz ou uma Marina na Amieira. Não fosse a forte presença de Monsaraz na paisagem e toda a componente histórica por trás acumulada pelo tempo, e provavelmente o Centro Náutico não tinha a mesma dimensão e os mesmos resultados se implantado num outro local. O mesmo se passa com a Marina da Amieira, que se encontra num sítio privilegiado à "entrada" do Alqueva, com uma multiplicidade de acessos que lhe permitem comunicar com o território através de vários meios, por estrada ou por água.

Contudo, a terminologia e a definição de estratégias para alguns destes programas devia ter em consideração que este é um território em crescimento, havendo por isso a necessidade de afirmação dos locais mais obsoletos, que possuem espaços que continuam livres, carentes de qualquer actividade de desenvolvimento local, apesar das variadas potencialidades que apresentam.

O atraso em relação a este processo de ocupação, deve-se também à falta de investimento e ao receio de arriscar, como uma consequência das perturbações que se enfrentam no sector económico, que contribui para um maior atraso no desenvolvimento deste território.

Enquanto lugares externos às actividades rurais, convertem-se em áreas que demonstram alguma estranheza, segundo uma resposta natural que a sociedade tem perante o mundo, as nossas cidades e por nós mesmos.

“Nessa situação, o papel da arquitectura faz-se inevitavelmente problemático. Parece que todo o destino da arquitectura tem sido sempre o da colonização, de pôr limites, ordem, forma, introduzindo no espaço estranho os elementos de identidade necessários para fazê-lo reconhecível, idêntico, universal. Pertence à essência da mesma arquitectura a sua condição de instrumento de organização, de racionalização, de eficácia produtiva capaz e de transformar o inculto em cultivado, o baldio em produtivo, o vazio em edificado.”²

É uma medida cada vez mais recorrente quando deparado com um espaço desta categoria, onde parece que não se pode “fazer mais do que introduzir transformações radicais, modificando a estranheza pela cidadania e pretendendo a todo o custo desfazer a magia incontaminada do obsoleto”³.

Algo que acontece porque estes espaços também apelam a novas experiências, pela forte capacidade que têm de se relacionar com a paisagem, entendendo-os como um lugar de retiro que se possa abstrair da ordem/desordem natural vivida nos núcleos urbanos.

Pode até fazer-se uma analogia entre estes núcleos urbanos e estes espaços expectantes com aquilo que se vive em pleno território nacional, onde há uma carregada afluência nas principais cidades do litoral que contraria a realidade encontrada no interior do país. Ao invés das cidades, que produzem uma quantidade excessiva de informação, estando, portanto, dependentes de certos serviços para o seu funcionamento, muitos dos espaços do interior estão abandonados ou carentes de utilização, emanados por uma memória que os preenche pelo seu valor único e raro, contribuindo para a marcação destes lugares.

Neste sentido, considerando a possibilidade de ocupar o vazio, atribuindo-lhe valor pelo potencial que pode desenvolver junto das comunidades a que está agregado, é preciso requalificar estes terrenos, na tentativa de estabelecer um diálogo e uma continuidade ao longo do território.

Tal ocupação tem que ter em conta as marcas do passado, que devem ser preservadas, através da criação de algo novo que gere novas centralidades e que seja um complemento às aldeias ribeirinhas do Alqueva.

² SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Territórios*. São Paulo: Editorial Gustavo Gili, 2002. ISBN 84-252-1864-0. p. 181-193

³ SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Territórios*. São Paulo: Editorial Gustavo Gili, 2002. ISBN 84-252-1864-0. p. 181-193

EL ANILLO, DE JOSÉ MARÍA SÁNCHEZ GARCÍA

CASO DE ESTUDO

O Centro Técnico de Actividades Físico-desportivas e de Lazer em Meio Natural, mais propriamente conhecido como *El anillo*⁴, encontra-se implantado a Oeste da povoação de Zarza de Granadilla, numa península densamente arborizada, num espaço onde domina na paisagem o reservatório de água de Gabriel y Galán, na região de Cáceres, Espanha.

Trata-se de um local idêntico ao que se observa no Alqueva, que sofria da mesma condição imposta pela subida do nível da água. Pretendendo regular o abastecimento de água das populações envolventes, aproveitou também as circunstâncias para se tornar uma atracção turística relacionada com as actividades aquáticas.

A alcunha a que este edifício está sujeito, deve-se à sua forma circular, com 200 metros de diâmetro que se tornou um ponto de referência na paisagem, a partir de uma intervenção muito subtil que assenta no território sem alterar a topografia existente. A ideia do seu autor é reduzir ao mínimo o impacto com o solo, através de uma estrutura em aço que eleva o edifício, quando necessário, vencendo alguns declives existentes no terreno e protegendo-o de uma possível variação do nível da água, criando assim, por consequência, um enfiamento visual para a paisagem que permite uma maior aproximação ao território.

A fachada do edifício é totalmente contínua, com um revestimento de painéis de aço inoxidável, apenas alterada pelos intervalos entre os vários módulos que compõem esta estrutura circular, que são acedidos pelo exterior para a acentuar a relação visual com a envolvente.

Caracterizado como um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na criação de projectos e iniciativas no desporto, no turismo e na natureza, possui ainda espaços que apelam à investigação científica e um programa de residências que apoiam a uma maior permanência no local.

Reconhecido internacionalmente pelos amantes do desporto como um lugar de eleição para a prática de actividades ao ar livre e relacionadas com a albufeira onde se encontra, não deixou também de ser indiferente aos críticos da arquitectura, tendo já garantido diversos prémios, alguns deles de âmbito internacional.

Num território transformado, este projecto surgiu assim como uma necessidade de possuir referências junto das localidades, com as quais interage, que se viram privadas de alguns privilégios e de práticas sociais antigas.

Com a mudança provocada pelo alagamento do território, aquele que era um espaço indefinido, ausente de qualquer tipo de ocupação, voltava a ter um sentido no território e junto das comunidades, privilegiando ainda mais do facto das actividades ocorridas no local serem realizadas no exterior, que promovem assim uma maior interacção com a paisagem e apenas utilizam o edifício como uma estrutura de apoio.

⁴ “O Anel” em português fluente.

O que interessa salientar neste projecto é a forma como esta estrutura se insere na paisagem e se apropria do espaço natural para a criação de novas rotinas, como um marco gerador do território que melhorou profundamente o lugar, sendo também um promotor da imagem do reservatório de água de Gabriel y Galán.

A requalificação deste espaço terá também permitido restabelecer o contacto entre a água e as povoações mais próximas, e promovido uma maior interacção com os seus visitantes, gerando assim novas dinâmicas locais.

El anillo assume-se como um elemento fundamental na construção de uma ideia para a solução ao problema imposto na presente dissertação, na medida que se trata de um espaço situado em meio natural que privilegia a paisagem como um factor de desenvolvimento.

Importa retirar estas características de um programa ao qual é atribuído um carácter de um lugar expectante, pronto a receber actividades que permitam voltar a explorar as novas margens do rio e a contactar com pontos imponentes na paisagem, reforçando o edifício como um elo de ligação visual com o restante território.

PATRIMÓNIO ENQUANTO REGENERADOR URBANO

ESTRUTURA DO LUGAR

O Património tornou-se um conceito vasto que abrange diversas áreas como a arquitectura, a cultura ou o meio natural, e faz parte integrante da vida da sociedade, sendo por vezes responsável pela sua identidade urbana.

Como um registo da memória, enaltecida pela sua presença ou significado, a origem da palavra Património remonta a dois vocábulos greco-latinos: “pater” e “nomos”. “Pater” é um símbolo da família, dos antepassados, podendo ser associada a bens, posses ou heranças deixadas pelos chefes de família de um grupo social. “Nomos” tem origem do grego, referindo-se à lei, usos e costumes relacionados com a origem, tanto de uma família ou de uma cidade. De um modo geral, são dois termos que estão associados ao passado e aos valores incutidos pela sociedade, pelo impacto que tiveram durante uma determinada época. Do ponto de vista global, o Património é uma referência dinâmica e um instrumento positivo do desenvolvimento da sociedade e da cooperação entre pessoas e comunidades, algo indissociável da memória colectiva de um local e uma base para o seu desenvolvimento. Actualmente, numa época de globalização crescente, é cada vez mais necessária a protecção, conservação, interpretação e apresentação do património e da diversidade cultural de qualquer lugar.

“Os vestígios materiais são uma garantia de que houve passado; apesar de mudos e carecerem de interpretação, apesar de corrompidos pelo tempo ou pela reconstrução sucessiva, são sempre uma ponte entre o presente e o passado. Reagimos a estas relíquias pela sua beleza e pelo seu valor histórico, mas sobretudo pelo seu papel de talismãs da continuidade do tempo.”⁵

Assim, a importância do património na sociedade contemporânea torna indissociável de qualquer área científica a necessidade de conhecimento e reflexão de questões levantas pela memória colectiva e social, à qual está relacionada com a temática da patrimonialização e da sustentabilidade do património, material e imaterial, natural e cultural, ampliada por uma forte componente histórica.

“O acesso ao património, razoável e bem gerido física, intelectual e emocionalmente, e ao desenvolvimento cultural é tanto um direito, como um privilégio. Ele traz consigo um dever de respeito pelos valores e pelos interesses, e de equidade para com a comunidade residente actual, para com os curadores ou os proprietários indígenas da propriedade histórica, assim como para com as paisagens e as culturas a partir das quais esse património evoluiu.”⁶

⁵ LOWENTHAL, David. The past is a foreign country. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 489 p. ISBN 978-052-129-480-5

O objectivo desta gestão é a comunicação do seu significado e a necessidade da sua conservação para a comunidade envolvente e para os seus visitantes.

No Alqueva, a água é um reflexo da memória colectiva da região, que, após o alagamento do território, pôs em causa a preservação do património arqueológico e cultural, apagando quase por completo a dimensão histórica caracterizadora daquele lugar.

Falar de Património é falar de objectos como castelos, ruínas ou mosteiros, bem como outros de ordem imaterial como o fado ou a literatura. São símbolos que outrora provocaram um impacto marcante enquanto pólos de atracção, para a estrutura, constituição ou organização urbana, ou como valores identitários de uma comunidade.

Falar de Património Cultural é explicar o conjunto de padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores morais e materiais característicos de uma sociedade.

No Alqueva, foi um tema que passou a ter realmente importância aquando da intervenção sobre o empreendimento que agitou aquela região.

Entre os vestígios históricos, de que apenas resta a sua memória, destacam-se os moinhos, as azenhas e as ruínas romanas, que, com o seu desaparecimento, tornaram mais estéril um lugar destinado ao abandono.

As únicas edificações que se mantiveram firmes pela sua localização geográfica e imposição, foram os castelos e as atalaias. Estas estruturas militares faziam parte de um sistema defensivo responsável pela protecção do território no período da Guerra da Restauração. São os únicos símbolos da memória colectiva da região, sobre os quais muitas das suas cidades se desenvolveram devido ao seu significado de protecção que emanava no seio da população.

São o principal gerador urbano das localidades com que se relacionam, pela sua dimensão e pelo seu significado, e continuam a acentuar a sua presença no território devido à sua condição e à sua imagem possante que se destaca na paisagem.

Os valores patrimoniais estão associados, na sua maioria, a elementos com uma importância incontestável na apropriação do espaço urbano e da paisagem, na medida que salvaguardam os interesses identitários de uma comunidade e promovem a distinção entre lugares.

Kevin Lynch, na sua obra *A Imagem da Cidade*, é responsável pela análise da paisagem, que, embora noutro contexto relativo às cidades, poderia aplicar-se neste caso do Alqueva. Determina cinco elementos na paisagem, entre os quais as vias de circulação, os bairros, os limites, os cruzamentos e os elementos marcantes, sendo estes últimos caracterizado como referências que contrastam com a realidade envolvente, nos quais se inserem as várias componentes de carácter histórico e patrimonial onde se destaca a sua exclusividade formal e espacial.

⁶ Carta internacional sobre o turismo cultural, ICOMOS, Cidade do México 1999

Embora a utilização destes monumentos seja precária, ou não, são estimulantes para a criação de rotinas sustentáveis à volta deles, como peças-chave na requalificação de lugares alheios às grandes cidades pela forma como estruturam e recriam as paisagens.

Com a subida do nível das águas do Guadiana, diversos vestígios de interesse histórico e cultural ficaram submersos, apagando quase na sua totalidade a identidade urbana das aldeias ribeirinhas. No entanto, e com o início dos trabalhos para a construção da barragem do Alqueva, abriu-se uma porta ao estudo arqueológico do que viria a ser um dos principais monumentos romanos do país, o Castelo de Lousa, que acabaria por proporcionar uma maior pesquisa para outros locais de potencial interesse, geralmente relacionados com o rio, que acabariam por criar diferentes dinâmicas no território em torno das povoações mais próximas. O Castelo de Lousa, foi, assim, um dos mais importantes geradores do território. Localizado na Freguesia da Luz, situava-se num promontório rochoso sobre a margem esquerda do rio Guadiana, e apesar de ser só acessível por percursos de pé-posto, era um dos elementos com maior impacto cultural e turístico na região, por toda a sua autenticidade, e um promotor da imagem da Aldeia da Luz.

As escavações revelaram uma nova dimensão do sítio, de uma área complexa de grandes dimensões, distribuída em todos os patamares do esporão rochoso que rodeiam o edifício central, virados para o rio, e demonstra uma construção regular em alvenaria de xisto com blocos emparelhados e sem argamassa. Apesar de não haver garantias sobre a verdadeira função deste monumento, crê-se, a partir de teorias impostas pelos arqueólogos Afonso do Paço e Joaquim Bação Leal, os responsáveis do projecto, que poderia ser uma fortificação militar com o objectivo de reforçar a vigilância do território.

Independentemente da sua utilização no passado, era um elemento peculiar que atraía bastantes visitantes e turistas, e era um motivo pelo qual as pessoas se deslocavam até à Aldeia da Luz. Subsistindo a sua memória, o desaparecimento do monumento teve consequências nas rotinas desenvolvidas na aldeia, e, mesmo recolocado num outro local e com melhores condições vida, está actualmente convertida a um maior isolamento.

O Castelo era um monumento responsável por ligar a aldeia com o restante território, mas, com uma nova vida imposta pela albufeira do Alqueva, essa ligação foi-se perdendo gradualmente, tornando a Aldeia da Luz como um local enclausurado, onde não existem mais espaços para ir, para além das suas habitações.

Atravessando um problema de desertificação recorrente ao longo do interior do país, a via turística parecia ser a melhor opção para a sustentabilidade da Aldeia da Luz, partindo da exploração dos artefactos arqueológico da região. Apesar de vir a ser um projecto que dará os seus frutos para um futuro melhor, é certo que o empreendimento do Alqueva retirou a possibilidade de investir com mais intensidade no turismo, como uma das poucas formas de sobrevivência das povoações envolventes.

O turismo é uma vertente que continua a estar entre os condutores mais importantes para trocas culturais, partindo daquilo que sobreviveu do passado e da vida e sociedade contemporânea dos outros.

Associado ao património natural e cultural, o turismo pode surgir como uma fonte de rendimento e desenvolvimento local, trazendo benefícios às comunidades onde se insere, proporcionando-lhes meios para a sua manutenção e para as práticas culturais, “para se conseguir uma indústria de turismo sustentável e para se valorizar a protecção dos recursos do património para as futuras gerações.”⁷

A maior prova disso é o Castelo de Monsaraz, que apresentando um marco importante na paisagem pela sua localização geográfica e pelo carácter contrastante com a envolvente, torna-se uma paragem obrigatória nesta região.

A vila de Monsaraz, envolvida na sua maioria pela muralha do castelo, é um local onde predomina o turismo, a sua maior fonte de rendimento. Com muitas das habitações abandonadas, consequência de uma desertificação verificada também nas povoações envolventes, não deixa de ser um local que recebe visitantes, também por ter adaptado as suas estruturas a essas circunstâncias. A sua imagem possante torna o castelo como um ponto inevitável em diversos circuitos turísticos, e, para se adaptar às exigências, sofreu variadas requalificações, tanto no interior como no exterior da muralha, desde a intervenção em habitações para a reconversão em casas de turismo rural e espaços de restauração, e ainda a reconstituição dos baluartes para a criação de miradouros e de parques de estacionamento para acolher os visitantes, sem menosprezar a identidade rural alcançada ao longo do tempo.

Atravessando uma época de globalização, onde a desertificação do interior para as grandes cidades do litoral é uma realidade crescente, é cada vez mais importante saber acolher estratégias de desenvolvimento local apoiadas no turismo, com um papel principal para a atracção de novas gentes, ajustando os princípios identitários de cada povoação à sua particular existência, para a sua maior sustentabilidade.

⁷ Carta internacional sobre o turismo cultural, ICOMOS, Cidade do México 1999

DA CONCENTRAÇÃO À TRANSIÇÃO

RELAÇÃO COM A ÁGUA

À semelhança de outros rios, o Guadiana era uma atracção para as comunidades desenvolverem as actividades relacionadas com a agricultura e a pastorícia.

As primeiras actividades desenvolveram-se com o aparecimento dos primeiros moinhos de água no território, que coincidiu com a chegada dos primeiros moleiros durante o período de ocupação romana. Facilitaram um processo de moagem de cereais com a criação de mecanismos controlados pela força da água, que antes era feito manualmente, e permitiram que as povoações envolvidas ao Guadiana pudessem ter uma maior relação com o rio.

Os moinhos, para além de um local de trabalho, tornaram-se também espaços de concentração onde as pessoas instauravam as suas próprias rotinas e criavam novos hábitos, acentuando as relações entre si. A moagem era uma tarefa morosa e realizada em locais relativamente afastados das aldeias, onde os difíceis acessos também obstaculavam o deslocamento, e por isso os moinhos tornaram-se espaços sociais onde muitos trabalhadores passavam a maior parte do dia, e assim surgia uma nova razão para as pessoas irem até ao rio.

No entanto, este foi um ofício que acabou por se extinguir com o aparecimento das fábricas na segunda metade do século XX, mas foi importante por ser o único programa da região capaz de fixar as populações nas margens do rio, e nem mesmo ao abandono deixavam de ser um motivo de apreciação por parte dos seus visitantes.

Com a globalização crescente que a sociedade foi enfrentando, os velhos moinhos caíram em desuso, reduzindo-se à sua ruína, tornando-se uma ruína arqueológica à medida que o tempo passava, tal como tantas outras que se evidenciavam ao longo do território.

Com a subida do nível das águas, estas peças foram desaparecendo progressivamente, cingindo-se apenas à sua memória, e o Guadiana tornou-se um local mais solitário.

Teve também um impacto do ponto de vista social, pois era um programa responsável pela união e convergência das várias aldeias ribeirinhas, e, com o tempo e com a propagação da água pelo território, ia-as afastando cada vez mais.

Este fenómeno provocado pelo Alqueva, e o consequente afastamento entre as várias localidades, também sucedeu devido à interrupção das várias ligações que permitiam a sua comunicação. Tendo de haver uma nova adaptação a esta nova realidade, instauraram-se novos programas com uma maior relação com a albufeira, onde se destacam os ancoradouros, que tinham como principal objectivo restabelecer a ligação perdida por estrada entre as aldeias ribeirinhas.

Contudo, estes são apenas espaços de transição que impossibilitam a permanência temporária na sua relação com a água, e sem qualquer estrutura de apoio que permita a sua fixação no local. Porém, é verdade que com a instalação do Centro Náutico, em Monsaraz, e

com o desenvolvimento de um Porto e Marina, na Amieira, começa a haver um maior crescimento das infra-estruturas relacionadas com actividades que possam tirar um maior benefício da albufeira.

Todos estes desenvolvimentos são importantes para uma maior concentração nas margens do Guadiana, mas numa vertente mais turística, pois enfrentando uma desertificação crescente no interior alentejano, estes espaços deixam de ter relação com aquilo que podem oferecer às povoações, aproveitando-se assim das visitas recorrentes favorecidas pelo mediatismo, ainda presente, de todo este empreendimento.

MEMÓRIA

APROXIMAÇÃO DO TERRITÓRIO

Com o Alqueva a água tornou-se um elemento preponderante da paisagem, mas são poucos os meios para a sua exploração. Apesar de haver ancoradouros distribuídos pela albufeira, estes apenas têm uma plataforma de acesso aos barcos.

Como tal, propõe-se a concepção de um abrigo que tem como principal função acolher os visitantes do local, e está identificado como uma estrutura de apoio ao cais para facilitar a manutenção dos barcos.

O abrigo está relacionado com o Centro de Investigação da Paisagem, na medida que fará parte de um projecto de exploração do território pela via marítima, com o intuito de tirar o maior proveito das qualidades que o Alqueva pode proporcionar. Surge também como um princípio que pretende estimular uma estratégia de comunicação com o território, assente nos percursos propostos pelo Horizonte Portugal, e, para isso, constituiu-se uma rede de abrigos a partir da marcação de diversos pontos espalhados ao longo da albufeira.

A sua estrutura parte do conceito da habitação tradicional alentejana. Ao longo do território, diversas habitações encontram-se abandonadas em pontos isolados, preservando a memória daqueles locais. Esta imagem surge como um modelo para o refúgio, de forma a não destoar da realidade encontrada, que se pretende desconstruir e torná-lo mais primitivo.

Atendendo ao facto do edifício se apresentar numa ilha, com acessos limitados, optou-se por construir toda a sua estrutura em madeira de casquinha vermelha; trata-se de um sistema de ripas de madeira que se cruzam entre si, permitindo estabelecer contacto com o exterior, através das paredes e do tecto, e criar sombreamentos no interior do espaço. Esta é uma solução construtiva que, pela materialidade apresentada, aproveitará o desgaste do tempo para se tornar um elemento integrante da paisagem.

Este é um espaço com uma planta livre, que tem como principal objectivo gerar sombra, para combater as altas temperaturas do exterior e tornar aquela área um espaço apelativo à sua permanência, com a contribuição de um banco que resulta do sistema construtivo do abrigo.

Trata-se, assim, de uma estrutura que pretende construir um espaço coberto e permeável que permite ter uma visibilidade entre as duas extremidades do abrigo para acentuar a sua relação com a paisagem.

O abrigo está elevado do solo, apoiado na sua estrutura, para poder criar um ancoradouro de acesso aos barcos, e, no outro extremo, permite criar uma plataforma com o intuito de transportar o espaço interior para o exterior, e vice-versa. A sua estrutura apresenta um carácter flutuante, para combater a subida do nível da água, que vai oscilando à medida que a sua situação for variando.

Toda esta resolução de aliar o abrigo às aldeias ribeirinhas do Alqueva prende-se com a necessidade de devolver um certo cunho turístico às povoações que carecem dos vestígios

históricos, que lhes davam sustentabilidade e presença no território, e que se perderam com a imagem da albufeira.

NOVA CONDIÇÃO TERRITORIAL

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A história das aldeias do interior alentejano é quase tão remota como a ocupação do Homem neste território. A presença abundante de água nos vales que delimitavam a Luz, e onde resistem os rios Guadiana e Alcarrache, foi sempre apelativa, desde a pré-história, por ser um ponto de caça e de procura de matéria-prima para fabrico dos instrumentos dos antigos nómadas, provocando, assim, diversas condições para a sua fixação.

As primeiras aldeias surgiram mil anos antes de Cristo, numa época em que a metalurgia do bronze e do ferro disponibilizava novos meios para uma exploração mais eficaz dos recursos naturais. No entanto, foi com a chegada dos romanos que este território se integra na História, com alguns monumentos instaurados na paisagem, como o Castelo de Lousa, dos quais apenas subsistem alguns vestígios.

Tudo indica que a primeira infra-estrutura da Aldeia da Luz foi a Igreja, pois não terá sido a partir do nada que uma povoação passou a existir, e alguns elementos arquitectónicos permitem datar a sua fundação da segunda metade do século XV, entre os reinados de D. Afonso V e D. João II.

Este espaço foi implantado num lugar que estaria inserido na rota das vias comerciais e de peregrinação que cruzavam o Guadiana, ligando o Norte ao Sul da antiga Lusitânia. Na sua origem estariam os viajantes e peregrinos que foram intensificando o uso daquele local, criando as suas próprias rotinas, motivando, por consequência, as primeiras formas de povoamento.

À Igreja associam-se as vivências religiosas a um quotidiano ligado às actividades agrícolas e à manutenção da aldeia, que se construiu, moldou e ligou os seus costumes, tradições e memórias ao rio Guadiana.

Pouco se sabe da sua história até ao início do século XX, época em que a freguesia da Luz estava totalmente dividida por oito herdades, sendo duas delas, o Monte do Conde e o Monte Tocho, as que empregavam praticamente todos os habitantes das aldeias.

Até 1949, a Igreja possuía cerca de 370 hectares, divididos por duas herdades, a Herdade da Coutada e a Herdade da Mesa, onde os habitantes pastoreavam o seu gado e onde também semeavam os seus próprios produtos, para deles tirar rendimento.

Em 1996, devido à construção da Barragem de Alqueva, começam os trabalhos da EDIA, com a vinda dos primeiros técnicos, e inicia-se o reconhecimento do tecido agrário.

Em 1997, criou-se a UMA (Unidade Mínima de Aldeia), que tinha como objectivo certificar-se que a vida da aldeia continuasse a ser a de uma aldeia rural, dentro dos mesmos moldes, e em 1998 já se podiam observar as primeiras fundações para a construção do novo núcleo. Prevvia-se que a área da Freguesia da Luz fosse reduzida de 5082 para 1948 hectares, quando a barragem estivesse ao nível ideal.

Assim, a aldeia foi reposta num local perto da antiga povoação, numa intervenção que consistiu no reposicionamento das mesmas ruas, largos, lotes, e dos mesmos programas públicos, mas com melhores condições.

A primeira mudança foi a transladação do cemitério, que não era do agrado da população, já que abordar esta questão era tocar na memória sagrada da aldeia. Com os mortos num novo espaço, só restava aos habitantes aceitarem com resignação que se deslocassem também.

A 19 de Novembro de 2002, a nova Aldeia da Luz foi inaugurada pelo primeiro-ministro, Durão Barroso, já com a maioria da população instalada nas suas novas moradias.

No Outono de 2003, a velha Aldeia da Luz já não existe, tendo sido desmantelada, para preservar a qualidade das águas da albufeira e evitar o sofrimento dos habitantes, para que no futuro não se aproximassem das ruínas se elas ficassem de pé.

No final de 2003, foi inaugurado o Museu da Luz, onde é possível observar as alterações ocorridas neste território e toda a reconfiguração da paisagem e o consequente ajuste social e cultural. Trata-se de um espaço que acolhe e expõe as memórias da velha aldeia e o resultado do processo de substituição.

Na Aldeia da Luz, que teve um maior impacto com toda esta mudança, as rotinas processaram-se de forma mais lenta, porque também houve um abandono da aldeia por parte da população, como forma de protesto a toda esta transição.

Como principais pontos desta reposição destacam-se a Igreja de Nossa Senhora da Luz, o cemitério transladado e o Museu da Luz. A Igreja é um símbolo que dá nome e identidade à aldeia, transportando consigo o significado acumulado pelo tempo; o cemitério transladado representa a memória sagrada das gerações que deram vida aquele local; e o Museu que permite armazenar a memória da Luz, criando também um conceito de aldeia dupla entre a antiga e nova aldeia.

UM MITO TORNADO REALIDADE

UMA NECESSIDADE URBANA

A antiga Aldeia da Luz, concelho de Mourão, distrito de Évora, compreendia uma área urbana de 16 hectares, circundada pelo vale xistoso do rio Guadiana, e contava em 2001 com um total de 363 residentes.

Cerca de 50% da população activa exercia a sua actividade na aldeia, sobretudo na agricultura e em actividades relacionadas com a criação de gado, num grupo onde se destacavam os mais idosos.

Para a população da aldeia, o tema da Barragem de Alqueva era algo que não era novo, e que já se especulava nas ruas há muito tempo, tornando-se pouco provável de ser concretizado.

Consciencializando-se que o projecto ia avançar, e de que o mito se ia tornar realidade, instalou-se um clima social perturbado com a mudança, tornando todo este processo mais moroso e difícil. Estabeleceu-se um ambiente de enorme contestação que se verificava pelas mensagens espalhadas nas paredes das casas, e que se foi alastrando no decorrer da mudança. Assim, começou a pensar-se no realojamento da população.

Esta não era uma simples mudança física de uma casa para outra ou de um local para outro. Existem aspectos socioculturais, simbólicos e identitários que estão inerentes a toda a população residente. O que estava em causa era o apego aos bens que a população foi acumulando ao longo de uma vida de trabalho e uma certa uniformização social com base na habitação (visto que toda a população ficava com casas novas).

As casas eram um tema sensível aos seus habitantes porque representam o modo de vida das suas famílias ao longo dos anos, de gerações, e a forma como foram consolidando a sua relação com a habitação. Eram uma apropriação simbólica, que se revelava no investimento, tanto material como afectivo, depositado nas casas, construindo-as como um espaço individualizado fortemente demarcado face ao exterior.

A população da Luz, encara a habitação como um lugar de ser (lugar de memória) e não um lugar de estar, ou seja, um lugar de passagem, sem interior e sem uma identidade que integra uma componente afectiva. As habitações na Luz eram o resultado de gerações de aperfeiçoamentos e adaptações ao meio, e este novo cenário obrigou a uma reestruturação do seu modo de vida.

Com os primeiros estudos sobre a barragem, e sobretudo com o início do projecto de construção da nova aldeia, começou a gerar-se uma enorme afluência de pessoas de fora. Foram os primeiros inquéritos realizados de porta em porta; os arquitectos e engenheiros a entrarem pelas casas, a contarem e a medirem tudo o que devia ser medido; os cineastas a reproduzirem filmes sobre a aldeia; os fotógrafos a editarem livros e a realizarem exposições; os antropólogos e os sociólogos a examinarem todo o processo de mudança.

Durante este período, a nova Aldeia da Luz encheu-se também de todo o tipo de pessoas, desde os imigrantes estrangeiros que trabalharam no processo, e que levaram as suas famílias, como os turistas que iam acompanhando toda a evolução dos trabalhos. Muitos luzenses, que nunca dali tinham saído, viram-se confrontados com homens de turbante na cabeça, línguas desconhecidas e modos de vida diferentes.

Esta mudança veio proporcionar melhores condições de vida para a população, mas, para além do simbolismo dado à habitação, houve outras coisas que se perderam e que influenciaram o dia-a-dia desta povoação.

As propriedades agrícolas da população mudaram de lugar, tal como os espaços de trabalho de pastoreio de gado. Com o desaparecimento das suas hortas, não se perdeu apenas uma fonte de rendimento. Perdeu-se também uma ocupação que era importante, física e mentalmente, para os reformados e idosos, e foi uma actividade que demorou o seu tempo até ser reposta, tendo em conta os momentos de negação que se instauraram na aldeia que retardaram este processo.

Entre os responsáveis pelo ritmo de vida tranquilo instituído na aldeia estava o património arqueológico que abundava naquele território. Era o principal responsável pela mobilização de novas gentes ao local, mas com o alagamento do território estes rastos de memória perderam-se, revolucionando as vivências da Aldeia da Luz.

Mesmo na nova aldeia, os encontros públicos centrados nos cafés continuaram focados na antiga aldeia até à mudança desses espaços. Durante algum tempo, o largo velho da aldeia transformava-se num parque de estacionamento de todos os que já residiam no novo núcleo. Isto só mudou com as transferências dos cafés e da Sociedade Recreativa, marcando definitivamente a transposição da vida social para a nova Aldeia da Luz.

O maior receio entre os habitantes da aldeia era a perda da sociabilidade local e a perda da funcionalidade das habitações. Com a mudança, a aldeia tornou-se um espaço sobre o qual os residentes se resguardam, modificando os processos de relação entre vizinhos e com o meio onde se insere, alterando toda a vida comunitária.

A nova Aldeia da Luz caracteriza-se como um espaço homogéneo, virado para o seu interior, e, sem mais locais para onde ir e desenvolver as suas actividades, fechou-se em si mesmo e assim ficou.

UMA ALDEIA EM MUDANÇA

O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO

“A Nova Aldeia deverá refletir a sua história e manter viva as suas referências culturais, entendidas no sentido do modo de vida, dos costumes, dos lugares de estar, das relações de vizinhança e dos seus afetos, do diálogo com a terra e com o sol;

As edificações existentes deverão ser repostas de acordo com estudos elaborados, convenientemente, com a participação da população, impondo-se que as áreas afetadas sejam funcionalmente adequadas e não apenas consideradas numa perspectiva desumana de bairro social;

Dever-se-á associar à construção da nova aldeia a construção de uma nova realidade na região e entende-la na sua complexidade, fundamentalmente valorizando a esperança, o que pressupõe a criação de empregos, a diversificação das atividades e a consequente fixação da população.”⁸

O projecto para a Nova Aldeia da Luz teve início em 1996 através de um concurso público ganho por uma equipa coordenada pelo arquitecto João Figueira, que, juntamente com Pedro Bandeira, Luís Miguel Fareleira, Miguel Rodrigues e Ana Luísa Rodrigues, foi responsável pelo desenvolvimento do Plano de Pormenor, o Projecto das Habitações e o Projecto de Infraestruturas (dos arruamentos e espaço público)⁹.

O projecto surge da necessidade de realojar a população da antiga aldeia, que ficou submersa pelas águas da Albufeira do Alqueva, onde a qualidade do espaço público e privado era pobre, recorrendo-se frequentemente de soluções construtivas precárias. Não havia hierarquia ou diversidade programática, acusando a escassez que caracterizava todas as infraestruturas, desde o abastecimento de água, ao saneamento, à rede de electricidade e iluminação pública.

As antigas habitações eram espelho de uma imagem reconhecida à arquitectura popular portuguesa, sem qualquer ornamento, e a carecer de condições mínimas de salubridade. Por outro lado, havia excepções, os senhores da aldeia, que nunca deixaram de investir nas suas propriedades, ignoravam eventuais boatos relativos à construção da barragem. No entanto, não havia nada que igualasse o valor patrimonial afectivo na antiga Aldeia da Luz, um argumento suficientemente forte para invalidar qualquer tentativa de indemnização por dinheiro, e a população começou por definir algumas exigências que pudessem compensar os prejuízos materiais, morais e culturais, com base numa argumentação emocional.

⁸ Programa do concurso público internacional para a nova Aldeia da Luz, 1995

⁹ A apresentação deste capítulo é baseada na informação adquirida pela conferência “Do processo SAAL à Luz” de Pedro Bandeira, no Simpósio do SAAL, no Museu de Serralves a 10 de Maio de 2014

*“O seu ordenamento deverá respeitar as condições atuais do ponto de vista da sua caracterização urbanística, social e cultural, respeitando e transpondo os elementos que na arquitectura e no desenho urbano mais representem a povoação”.*¹⁰

Em 1981, uma comissão de moradores definiu, através de um programa preliminar, os critérios de indemnização através de um pagamento em propriedades, isto é, estavam dispostos a rejeitar uma compensação monetária e a aceitar a construção de uma nova povoação, a Nova Aldeia da Luz, procurando manter a memória colectiva, aliando-a a uma realidade que se procurava ajustar para contrariar o contínuo despovoamento.

A estratégia prioritária foi a realização de um inquérito porta-a-porta, com o objectivo de fazer o levantamento formal e tipológico das casas, mas também o levantamento da situação social, que incluía escutar as vontades da população.

Todo o processo foi seguido por uma comissão técnica de acompanhamento que representava os interesses do Estado, pela comissão de moradores, e pelos restantes moradores da aldeia através sessões de esclarecimento público, onde todos podiam dar o seu parecer sobre a situação. Juntamente com todas estas entidades foi decidido o local de implantação da nova aldeia, tal como a evolução e ajuste das construções das habitações.

Foram desenvolvidas 17 novas tipologias para serem apresentadas aos moradores, com o intuito de discutir as diferentes soluções de vãos, pintura de alçados, revestimentos interiores e anexos. Foi apresentada também uma outra proposta de reconstruir 11 casas com uma tipologia existente na antiga aldeia, por nelas se reconhecer um valor arquitectónico de excepção e também por ser uma forma de recuperar e estimular algumas das técnicas construtivas tradicionais. Tendo a maioria da população optado pelas novas tipologias, apenas foram construídas 3 das 11 tipologias tradicionais. Porém, nas novas tipologias abdicou-se de alguns elementos tradicionais como o espaço do lume, o tecto inclinado ou a ausência de corredores, por serem princípios que em nada contribuem para a preservação de uma memória colectiva, como explica no programa do concurso público.

Após todo este processo, foi possível chegar a acordo com mais de 90% da população com as novas condições impostas, apesar de haver um acréscimo da área de habitação de forma a salvaguardar algum erro que pudesse ter havido no levantamento arquitectónico.

Sobre o projecto das habitações foi importante tentar conciliar a imagem de “aldeia alentejana” com a vontade expressa por parte da população de continuarem a exprimir a mesma “diferenciação social” que organizava as habitações na velha aldeia. Assim, as novas tipologias deveriam garantir semelhanças relativamente às dimensões da antiga aldeia e os materiais utilizados eram um reflexo da distinção social onde a tradicional cal era sinónimo de maior pobreza e o granito polido de maior riqueza.

¹⁰Programa do concurso público internacional para a nova Aldeia da Luz, 1995

Esta não era uma questão política, mas sim formal. As habitações acabam por transparecer o mesmo método construtivo, contribuindo para uma imagem homogénea do espaço público que se pretendia evitar. A equipa de projecto decidiu por isso abdicar da construção dos programas públicos (museu, igreja, escola, pavilhão gimnodesportivo, junta de freguesia, campo de futebol e o centro de dia), procurando deste modo uma construção plural na nova Aldeia da Luz, que também esteve sujeita a uma discussão pública.

Mesmo com os esforços alcançados com a reconstrução da Aldeia da Luz, não se conseguiu inverter a tendência ao despovoamento que devastava o interior alentejano, mas isso também nunca foi um problema arquitectónico. A realidade económica e social esteve sempre presente desde o início da construção da nova aldeia, tendo, por isso, de se recorrer a mão-de-obra estrangeira, precária e desqualificada. Este facto observa-se nas pedras dos passeios, as tradicionais baldosas de produção local que foram substituídas por lajetas de betão pré-fabricado, devido à sua maior acessibilidade, e também nas três casas que deveriam ter sido construídas com recurso a métodos tradicionais que acabaram por ver as suas paredes de xisto reforçadas também com betão.

Ao longo de todo o processo, mesmo após a inauguração da nova aldeia, houve casos de pouca solidariedade, como a comissão de moradores ser constituída apenas por homens, e não por aqueles que tinham maior poder económico e político; pode-se dizer que esta associação estava mais interessada na defesa dos seus próprios direitos do que da aldeia em geral, porque os arquitectos defendiam que todos os habitantes deveriam ter como princípio uma área de quintal mínima, para compensar possíveis erros de levantamento do espaço antigo, enquanto a comissão de moradores argumentava que as pessoas deviam ter as mesmas condições de vida que tinham na velha aldeia.

Os moradores pareciam saber desde o início o que queriam, e também o que não queriam, e por isso é que os arquitectos se dispuseram ao diálogo para haver um maior entendimento entre as partes.

No entanto, muitos passaram por cima da equipa projectista quando perceberam que podiam chantagear o Estado, pela proximidade ao poder local mas também por perceberem o poder que tinham através da comunicação social, fazendo com que as suas casas fossem privilegiadas com alterações ao projecto inicial.

Por outro lado, e de forma muito utópica, os arquitectos pensavam entre si que se podia realojar todas as pessoas da Aldeia da Luz numa única Unidade de Habitação de Le Corbusier. Foi um pensamento que ajudou a determinar a forma para o depósito de água, através da utilização simbólica da chaminé da Unidade de Marselha, tornando deste modo expresso a disponibilidade para “enterrar” uma determinada cultura arquitectónica, em prol de uma memória colectiva que os moradores evocavam, e um início de um novo ciclo para esta comunidade.

O papel do Estado, relativamente ao investimento para o realojamento da Aldeia da Luz, representava pouco mais de 2% de todo o investimento do Alqueva, de modo que não se podia pôr em causa todos os outros interesses. Também não se podia dar ao luxo de menosprezar um empreendimento com esta importância social, realçada pela elevada cobertura dos meios sociais, onde a sua prioridade era conseguir um acordo com todos os moradores, mesmo que isso pudesse pôr em risco os princípios de igualdade ou outras decisões técnicas de cariz arquitectónico, paisagístico ou ambiental. Acima de tudo, o que estava em causa eram as decisões políticas que teriam como prioridade a satisfação da população na salvaguarda de interesses económicos maiores, num jogo de interesses, em que o Estado esperava que a equipa projectista não complicasse o processo.¹⁰

NOVA ALDEIA DA LUZ

LUGAR ESQUECIDO

“Mudamos os vivos e os mortos, mas não mudamos de vida.”¹¹

Decorrida mais de uma década após a construção da nova Aldeia da Luz, concluiu-se que o projecto teve repercussões que não foram as mais desejadas.

A aldeia perdeu população e qualidade de vida, e esta consequência resulta de alguma contestação por parte dos habitantes que não encararam com agrado esta mudança, e por isso abandonaram a aldeia; e igualmente deriva do estado de negação vivida por parte de alguns moradores da aldeia que em nada contribuem para o seu desenvolvimento; pelo facto de uma população, maioritariamente idosa, estar mais envelhecida e também não ter as mesmas capacidades que há 10 anos atrás.

A aldeia até recebeu um conjunto de novos equipamentos, que não responderam ao desenvolvimento esperado, tendo também ficado por cumprir alguns objectivos por parte da EDIA, entidade responsável pelas novas fundações da Aldeia da Luz. Esta não completou o processo de emparcelamento dos terrenos agrícolas, não fez a adega prometida para dar apoio à produção em 84 hectares de vinha e, por isso, os agricultores são obrigados a deslocarem-se aos lagares em outras povoações.

A escola foi uma das principais vítimas deste insucesso; na altura da sua inauguração, contava com 28 crianças, tendo, actualmente, apenas 8. De acordo com os responsáveis da área da Educação, a aldeia tinha uma das melhores escolas básicas do país, e, para não correr o risco de fechar, tentou-se explorar a cidade de Mourão para levar crianças até aquele estabelecimento, e houve uma tentativa de atrair novos casais para criar raízes no local, contribuindo para a sustentabilidade da aldeia e bom funcionamento do sistema escolar.

“Não é com idosos que vamos aumentar a população.”¹²

Por outro lado, um dos programas mais requisitados é o lar da comunidade que se encontra repleto de idosos, e alguns até têm de ir para Mourão, estando ainda outros em lista de espera. Acentuou-se uma quebra demográfica desde que a nova aldeia foi inaugurada, havendo apenas 297 moradores (um decréscimo de um terço da população), e cerca de cem casas estão desocupadas.

Com todo este negativismo, as opiniões dividem-se e o relacionamento entre moradores também se altera. Na antiga aldeia, os modos de vida eram naturalmente diferentes e as pessoas conviviam mais, mas a mudança de lugar e da realidade vivida, resultou num maior isolamento, devido às fortes ligações ao passado que ainda se faziam sentir e que impediram o progresso da povoação.

¹¹ Francisco Oliveira, Ex-presidente da Junta de Freguesia da Aldeia da Luz, in Público 2012

¹² Joaquim Oliveira, morador da Aldeia da Luz, in Público 2012

A Aldeia da Luz é mais um caso que existe ao longo do Alentejo e de outras regiões do interior do país, que também atravessam este processo de perda da população e consequente envelhecimento da mesma.

No entanto, nem tudo foi mau com esta mudança. Entre os novos programas instalados na aldeia destaca-se com sucesso o Museu da Luz, como o único equipamento que continua a dar alguma vida ao local, recebendo cerca de um milhar de visitantes por mês, desde pessoas de outras aldeias envolventes até aos turistas que pretendem descobrir mais um pouco da história da região.

Ainda assim, e devido ao facto do Museu estar localizado num dos extremos da aldeia, os visitantes acabam por encarar a aldeia como um meio para atingir o destino que traçaram, não havendo assim desenvolvimentos que devolvam a vida rural existente na antiga aldeia. Para combater este problema, o Museu instalou diversas imagens e outras peças nos programas públicos, com o intuito de reforçar novas dinâmicas nas ruas, mas esta medida não tem obtido os resultados esperados.

“Durante o dia vê-se uma ou duas pessoas e durante a noite não se vê ninguém.”¹³

Nos tempos de hoje já não se vêem chegar autocarros vindos de todo o país cheios de gente curiosa para conhecer a nova aldeia que inicialmente mantinha uma grande projecção mediática pela força dos acontecimentos impostos pelo Alqueva.

A tendência social submete a uma maior desertificação da aldeia, e o consequente esquecimento da mesma. Como uma “aldeia-fantasma”, há muito pouco movimento nas ruas, e por isso a vida comunitária que existia antigamente acabou por desaparecer, devido à falta de meios locais para o seu crescimento.

¹³ Isaura Frاسquilho, moradora da Aldeia da Luz, in Público 2012

(RE)CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

PLANO URBANO

Atendendo às fragilidades verificadas na Aldeia da Luz, é evidente a necessidade de um plano a longo prazo que dê sustentabilidade ao local, como afirmação de uma povoação que está cada vez mais convertida ao isolamento. Assim surge o projecto do Horizonte Portugal neste território, que pretende devolver a identidade perdida da aldeia após a sua recolocação provocada pelo empreendimento do Alqueva.

Nos tempos que correm, o papel da fotografia adquiriu uma enorme importância no dia-a-dia do normal ser humano, tanto pelo impacto causado pelas redes sociais como pelos avanços tecnológicos realizados na indústria. Como tal, para além de se centrar num espaço expositivo sobre o património natural e arquitectónico português, o Centro de Investigação também aspira ser um local de formação, que estará associado a outros centros de aprendizagem, como faculdades e outros estabelecimentos de ensino, para aumentar a sua procura.

Sendo um programa de carácter único, este empreendimento traria novas oportunidades de inclusão aos habitantes da Aldeia da Luz, incentivava a descoberta do local para o seu desenvolvimento, gerava novas oportunidades de emprego que resultariam num reforço da sua sustentabilidade, e daria outras dinâmicas nas ruas, em memória dos tempos passados em que as pessoas se juntavam nos principais espaços públicos na antiga aldeia, como uma libertação de todo o desânimo sentido pela transição para a nova povoação. Para isso, o projecto desenvolve-se em momentos distintos.

O objectivo deste plano prende-se com a necessidade de fortalecer a relação da aldeia com o território, através da exploração dos novos espaços criados pela albufeira, e com a criação de uma rede de residências que desenvolvam novas dinâmicas no interior da aldeia. As residências surgem como uma força que se concentra na povoação, como o primeiro responsável pela transição para o Centro de Investigação, que opera como um prolongamento da aldeia no território. Pelo caminho, estão dois pontos de paragem, sendo que no primeiro há uma ligação a um passadiço que dá acesso ao ancoradouro da Aldeia da Luz e ao abrigo para os visitantes do Alqueva.

CONTEMPLAÇÃO

APROXIMAÇÃO À PAISAGEM

De modo a assegurar, com as devidas condições, a transição entre as partes do projecto, propõe-se uma intervenção a grande escala que passa pela recuperação do percurso de ligação ao Centro de Investigação.

Sendo este um local onde as temperaturas são elevadas numa grande parte do ano, propõe-se também a introdução de dois abrigos para os visitantes de forma a proteger dos momentos mais quentes do dia. Estes abrigos situam-se no cruzamento com uma estrada para uma antiga pedreira, responsável pelo fornecimento de pedra para a construção da Igreja de Nossa Senhora da Luz, e num outro local com um acesso proposto ao passadiço que faz a conexão com o ancoradouro da Aldeia da Luz.

Apresentado de forma idêntica ao abrigo para barcos, a sua construção, em madeira de casquinho vermelha, consiste também num sistema de ripas que se cruzam entre si, permitindo estabelecer o contacto com o exterior e criar sombreamentos no interior do espaço. Deste método construtivo surge também um banco em todo o comprimento do abrigo, como um apelo à sua permanência permanecer.

Para facilitar a deslocação e promover a utilização do percurso, propõe-se a substituição do empedrado, que dificulta a passagem por estes caminhos, por um revestimento em terra batida compactada; pretende-se ainda dividi-lo num circuito viário e noutro pedonal como um auxílio aos visitantes que à Aldeia da Luz por via marítima.

Estas são soluções apresentadas por materiais que apresentam, nas suas características, uma maior facilidade em relacionar-se com o meio natural envolvente, integrando-se na paisagem sem destoar da realidade em que se encontra.

PERMANÊNCIA

RESIDÊNCIAS

Com a mudança para a nova Aldeia da Luz, perderam-se as dinâmicas entre os habitantes, perceptíveis no ambiente das ruas, acabando, assim, com a vida comunitária outrora existente.

Com uma população maioritariamente idosa, esta acaba por se resguardar nas suas habitações, tornando-se responsável pelo fim da vida pública da aldeia. Por outro lado, muitas das habitações estão desocupadas, pois muitos dos aldeões preferiram abandonar a aldeia a ter de se sujeitar às novas condições impostas, ou, pelo facto de estarem incapacitados das funções que antigamente possuíam, passaram a residir no Centro de Dia da aldeia.

Para combater esta solidão urbana, parte da proposta para o projecto do Horizonte Portugal consiste em intervir no interior da aldeia, para a criação de residências, partindo do aproveitamento de algumas habitações abandonadas para receber este programa.

Esta medida, para a construção das residências, prende-se com o facto de a aldeia não se encontrar na situação geográfica mais favorável, e assim poder acolher os utilizadores das instalações e das actividades realizadas no Centro de Investigação, para não correr o risco de ser pouco frequentado, como também é outra forma de restituir intensidade nas ruas e dar uma maior estabilidade económica ao seio da Aldeia da Luz.

Como tal, e após uma análise realizada à habitação local, pretende-se criar uma rede de residências com o objectivo de estas se situarem em diferentes pontos, para haver um maior aproveitamento de todos os espaços da aldeia e uma maior dinamização das ruas que chamaria a atenção da população a tomar parte das actividades locais.

Tendo em conta que este é um programa de carácter temporário, optou-se por seleccionar as tipologias mais pequenas, pois o objectivo consiste apenas na recolha nocturna dos utilizadores do Centro de Investigação e não a fixação na aldeia a um longo prazo. Há desde tipologias individuais para artistas a outras tipologias colectivas dirigidas mais para os visitantes.

Atendendo ao bom estado das habitações da Aldeia da Luz, esta é apenas uma intervenção que pretende apropriar-se daquilo que já existe, sem qualquer tipo de transformação, podendo ser utilizado pelos seus visitantes e também por artistas que venham realizar actividades no Centro de Investigação.

Existe também uma das habitações, situada no largo principal (Largo 25 de Abril), que será a sede do Horizonte Portugal na aldeia, para facilitar o contacto com o Centro de Investigação e para promover o seu trabalho no interior da povoação. É o único edifício que sofreu alterações, com a remoção das paredes que formavam um corredor na entrada, e que

separavam dois quartos, para fazer um espaço mais amplo de recepção com sala de trabalho.

COMUNICAÇÃO

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DA PAISAGEM

Uma das causas do isolamento da aldeia, é a falta de ocupações no local. Após a reposição no novo espaço, tanto a antiga aldeia como outros lugares arqueológicos perderam-se; tal resulta do alagamento do território, que associado à indignação sentida por parte da população, contribuiu para que o interesse por esta povoação se fosse reduzindo gradualmente.

Mesmo com a instalação do Museu da Luz, não houve a mudança que se esperava devido ao impacto causado pelo Alqueva. Por isso, e com a necessidade de promover uma maior interação com o restante território por parte da população da Aldeia da Luz, o Centro de Investigação da Paisagem instala-se num local afastado da povoação, numa das penínsulas criadas pelo Grande Lago.

O edifício organiza-se como um prolongamento da aldeia, encontrando-se directamente ligado por uma via que resulta da extensão da rua principal que dá acesso à Aldeia da Luz, de modo a fortalecer a relação entre as partes.

Pretende-se que a proposta se desenvolva como um espaço de comunicação e de contemplação da paisagem, com o propósito de restabelecer o contacto perdido com outras povoações e de reforçar a vigilância do território. Atendendo ao seu carácter formativo, ambiciona também estabelecer novas formas de permanência na aldeia, através do programa de residências.

Atendendo à diversidade patrimonial ao longo da região, o projecto terá também a responsabilidade de partir à descoberta desses locais, como forma de reforçar a sua importância na História e de recuperar a identidade perdida. Assim, faz parte de um programa de exploração do património militar alentejano, com o intuito de perceber a forma como este território foi constituído ao longo do tempo. Trata-se de uma aproximação que terá em conta a utilização do abrigo para barcos e os diversos ancoradouros ao longo da barragem para tirar o máximo partido destas plataformas e das qualidades da albufeira do Alqueva.

A implantação de projecto tem em conta a paisagem, e daí a sua forma circular a privilegiar uma observação exterior a 360° que permite estar em permanente contacto com vastos pontos de referência no território como Mourão, Monsaraz, o local onde dominava o Castelo de Lousa e a própria Aldeia da Luz.

Pretende-se preservar o percurso existente, e daí a proposta do troço elevado e a abertura no edifício para a passagem deste caminho como uma medida necessária de projecto; saliente-se ainda o monte instaurado no local, que representa um dos pontos mais elevados para a observação do território.

O edifício apresenta uma estrutura em betão caiado, com uma cobertura praticável revestida em madeira. A sua representação, surge com a necessidade de possuir uma maior referência junto da Aldeia da Luz e de atrair visitantes através da sua imagem possante na paisagem.

Acima de tudo, o Centro de Investigação da Paisagem pretende contribuir para afirmação deste território, neste novo ciclo implementado pelo empreendimento da Barragem de Alqueva, como um exemplo que pretende voltar a aproximar as populações das novas margens da albufeira.

SALAS DE EXPOSIÇÕES E DE TRABALHO

PISO 0

O edifício divide-se em dois pisos e apresenta duas funções distintas: um espaço para exposições e outro como centro de formação fotográfico.

As zonas de exposição distribuem-se pelo piso térreo em três áreas com características diferentes e a sua relação com o exterior é praticamente nula.

O sistema de exposição funciona como um percurso rotativo para estimular uma melhor circulação, começando na primeira sala de exposição, com um pé-direito duplo, onde se desenvolve uma sala-corredor com as fotografias e os percursos do Horizonte Portugal.

O espaço intermédio é um espaço circular com um carácter polivalente para projecção de elementos multimédia e para conferências relacionadas com as exposições ou com o centro de formação. Pretende-se que este espaço seja uma área de descompressão, caracterizada pelo afunilamento dos seus acessos que vão conduzir a uma sala com uma cobertura abobadada, com uma dimensão monumental acentuada pela utilização de um óculo no seu ponto mais alto.

O terceiro e último espaço tem dimensões mais reduzidas e destina-se a exposições temporárias de trabalhos dos utentes do Centro de Investigação ou de outros artistas exteriores.

No troço correspondente aos espaços de trabalho há uma maior relação com o exterior; aí se encontram as salas polivalentes, um atelier de trabalho e um laboratório fotográfico, que beneficiam da inclinação do terreno para criarem a sua independência através das suas entradas pelo exterior. Em todo o comprimento da sua fachada apresenta uma grelha dividida pelos dois pisos, responsável pelo controlo da luminosidade no interior e por permitir organizar os vãos de acordo com a características de cada um destes corpos, sem afectar a identidade do edifício; no laboratório o espaço é totalmente fechado, no atelier a fachada é envidraçada, e as salas polivalentes são antecedidas por uma galeria delimitada apenas pela grelha. As únicas interrupções na fachada devem-se às entradas estratégicas para os programas do edifício, como pontos necessários para uma maior relação com o exterior.

ÁREAS DE RECEPÇÃO E LAZER

PISO 1

No piso superior situam-se as entradas principais do edifício, através de dois terraços que possuem uma vista privilegiada sobre a paisagem.

No terraço Norte situa-se a entrada para as áreas expositivas com a recepção e, posteriormente, com um espaço intermédio de acesso aos pisos inferiores de exposição, à sala das máquinas e ao espaço de arquivo; neste espaço de encontro há uma ligação com o exterior através do vão a um dos lugares onde dominava um dos maiores dinamizadores do território, o Castelo de Lousa. Uma das funções do Centro de Investigação é ter a possibilidade de desconstruir um território através de imagens que despertem e fomentem os visitantes à sua descoberta.

Ainda no terraço Norte, como também no terraço a Nascente, situam-se as entradas para as áreas de trabalho, por uma cafetaria e pela biblioteca, respectivamente. Estes espaços vão dar encontro ao atelier (com pé-direito duplo) que se situa no piso inferior e é responsável por fazer a ligação entre os dois pisos.

MIRADOURO PARA A PAISAGEM

PLANTA DE COBERTURA

Beneficiando da ligação com o terreno a Poente, a cobertura torna-se acessível aos seus visitantes, contribuindo como um miradouro para a paisagem envolvente.

Existem ainda dois sistemas de escadas distribuídos pelas duas entradas principais do edifício para promover a sua utilização, como um espaço que poderá contribuir para as actividades relacionadas com a fotografia.

MATERIALIDADE

SISTEMA CONSTRUTIVO

O controlo das entradas de luz natural no edifício é uma das principais situações construtivas a ter conta.

Os vãos apresentam uma grelha de betão caiada, com a representação de pequenos losangos, que permitem controlar os níveis de luz natural no interior através da criação de sombreamentos que gerem outro ambiente no espaço. Este isolamento, que é também uma forma de protecção às intempéries do exterior, contribui para uma imagem que permite evidenciar o edifício como um ponto de referência na paisagem.

Também para preservar a qualidade dos espaços interiores, a estrutura do edifício é composta por um sistema de paredes duplas, com revestimento em estuque no interior; as superfícies das paredes criam uma imagem translúcida, surgindo como uma medida para combater a fraca luminosidade dos espaços e assim viabilizar uma melhor utilização e permanência nos mesmos.

Tratando-se, assim, de um espaço fechado, com pouca relação com o exterior, é necessário assegurar uma boa estabilidade. Como tal, o tecto falso em gesso cartonado, para além de ajustar a escala do espaço em relação ao espectador, possibilita a introdução de um sistema de climatização ligado e accionado a partir da sala das máquinas, responsável pela regularização do ambiente aos espaços fechados.

O interior do edifício é bastante homogéneo com excepção da sala de projecções e conferências. Sendo este um espaço com características distintas, pela sua dimensão e pela forma como está implantado, apresenta uma condição mais orgânica, como se de uma ruína se tratasse. É caracterizado pelo desgaste do betão estrutural, sem revestimento, que é exaltada pela pouca luz recebida em volta da sua superfície, quer pelo pequeno óculo, quer pela luz artificial libertada pelas projecções, como as únicas fontes responsáveis pela iluminação do recinto. As telas de projecção espalhadas pelo recinto e a área fechada para conferências são um auxílio para atenuar a propagação do som, que, quando reflectido numa superfície curva, tem tendência a aumentar o volume e causar perturbações acústicas no espaço.

TERRITÓRIO PROMISSOR

ARTIFICIALIZAÇÃO CRESCENTE

Parece estar definido o caminho a seguir em relação ao Alqueva, um território em constante mudança que deslumbra pela água que constrói uma nova paisagem.

As populações precisam da água, como um bem necessário para as práticas sociais das suas aldeias, de modo a preservarem a memória colectiva e a sua identidade, como uma forma de se distinguirem enquanto comunidades e de voltarem a ter uma posição firme no território.

O isolamento a que estas povoações se sujeitaram, resultante da redução das suas capacidades e de uma desertificação que atravessa o interior do país, implica uma crescente artificialização dos espaços que envolvem a albufeira, apoiados no sector turístico, como um factor importante de sustentabilidade da região.

Este foi um trabalho que lançou um novo olhar sobre o Alqueva como um lugar onde existem oportunidades para se desenvolverem rotinas que devolvam o rio às suas populações.

Também aqui, como através do Centro de Investigação da Paisagem, a fotografia adquire um papel importante para a desconstrução e reconhecimento do território que permite identificar medidas que contribuam para a requalificação deste novo ciclo na região.

A ligação com a imagem surge como uma forma de criar permanências junto das comunidades que incentivem a partida à descoberta de um território esquecido, partindo das diversas ligações propostas pelo Horizonte Portugal.

ÍNDICE DE IMAGENS

1. Serra de Montemuro, Duarte Belo, em: <http://www.horizonteportugal.org/>, 1988
2. Registo dos percursos realizados por Duarte Belo em Portugal, Duarte Belo, em: *Horizonte Portugal. Exposição no Centro Cultural de Belém 2015*, 2014
3. Casa do Monte dos Pássaros, Gonçalo Henriques, 2013
4. Ortofotomapa da albufeira do Alqueva, Gonçalo Henriques, em: <http://www.bing.com/maps/>, 2014
5. Vista do Castelo de Mourão sobre o Alqueva, Gonçalo Henriques, 2013
6. Vista do Castelo de Monsaraz sobre a paisagem do Alqueva, Gonçalo Henriques, 2013
7. Castelo de Mourão e Albufeira do Alqueva, Gonçalo Henriques, 2014
8. Formação da albufeira do Alqueva, Gonçalo Henriques, 2014
9. Construção da Barragem de Alqueva, Miguel Proença, em: *Alqueva - Paisagem que muda, povo que espera*, 2001
10. Desbastação dos campos, Miguel Proença, em: *Alqueva - Paisagem que muda, povo que espera*, 2001
11. Análise programática das aldeias ribeirinhas do Alqueva, esc. 1:75000, Gonçalo Henriques, 2014
12. Herdade do Roncão del Rey em Reguengos de Monsaraz, Duarte Belo, em: http://www.duartebelo.com/02-trabalhos/0202-trabalhos/0202_40-dbt0284-saip-alqueva/27-dg209280.html, 2010
13. Herdade do Roncão del Rey em Reguengos de Monsaraz, Duarte Belo, em: http://www.duartebelo.com/02-trabalhos/0202-trabalhos/0202_40-dbt0284-saip-alqueva/27-dg209280.html, 2010
14. Planta com espaços de ligação à albufeira do Alqueva, esc. 1:75000, Gonçalo Henriques, 2014
15. Porto e Marina da Amieira, Gonçalo Henriques, 2014
16. Habitação em ruínas, Gonçalo Henriques, 2014
17. Implantação d' *El anillo*, Gonçalo Henriques, em: <http://www.bing.com/maps/>, 2014
18. Ortofotomapa com reservatório de água de Gabriel y Galán e localização do projecto, José María Sánchez García, em: <http://www.jmsg.es/THE-RING>, 2009
19. Vista aérea d' *El anillo* e a sua inserção na paisagem, José María Sánchez García, em: <http://www.jmsg.es/THE-RING>, 2009
20. Enfiamento visual com a paisagem a partir do interior d' *El anillo*, José María Sánchez García, em: <http://www.jmsg.es/THE-RING>, 2009
21. Ligações do edifício com o solo, José María Sánchez García, em: <http://www.jmsg.es/THE-RING>, 2009

22. Trabalhos de preservação do Castelo de Lousa, Miguel Proença, em: *Alqueva - Paisagem que muda, povo que espera*, 2001
23. Conclusão dos trabalhos de preservação do Castelo de Lousa, autor desconhecido, em: <http://www.portugalromano.com/2011/07/castelo-da-lousa-fortificacao-romana/>, 2002
24. Análise do património arqueológico e cultural do Alqueva, esc. 1:75000, Gonçalo Henriques, 2014
25. Castelo de Lousa com Monsaraz no plano de fundo, Miguel Proença, em: *Alqueva - Paisagem que muda, povo que espera*, 2001
26. Castelo e aldeia de Monsaraz, Gonçalo Henriques, 2014
27. Moinho de água no rio Guadiana, Manuel Ribeiro, em: *Manuel Ribeiro fotografou os moinhos de água de Alqueva: Memória da paisagem submersa*, 2000
28. Rede viária adjacente à albufeira do Alqueva, esc. 1:75000, Gonçalo Henriques, 2014
29. Moinho dos Bispos no rio Guadiana, Manuel Ribeiro, em: *Manuel Ribeiro fotografou os moinhos de água de Alqueva: Memória da paisagem submersa*, 2000
30. Interior de Moinho de água, Manuel Ribeiro, em: *Manuel Ribeiro fotografou os moinhos de água de Alqueva: Memória da paisagem submersa*, 2000
31. Estrada de Mourão bloqueada pelas condições impostas pela albufeira, Gonçalo Henriques, 2013
32. Ancoradouro de Mourão, Gonçalo Henriques, 2013
33. Habitação em ruínas na Amieira, Imagem conceito para o Abrigo, Gonçalo Henriques, 2013
34. Marcação dos Abrigos pela albufeira do Alqueva, esc. 1:75000, Gonçalo Henriques, 2014
35. Vista panorâmica da plataforma de acesso ao local de intervenção do Abrigo da Aldeia da Luz, Gonçalo Henriques, 2014
36. Planta do Abrigo, esc. 1:50, Gonçalo Henriques, 2014
37. Corte A-A' do Abrigo, esc. 1:50, Gonçalo Henriques, 2014
38. Corte B-B' do Abrigo, esc. 1:50, Gonçalo Henriques, 2014
39. Alçado Sul do Abrigo, esc. 1:50, Gonçalo Henriques, 2014
40. Fotomontagem do Abrigo, Gonçalo Henriques, 2014
41. Igreja de Nossa Senhora da Luz, Gonçalo Henriques, 2014
42. Evolução do território da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Isabel Rodrigues, em: *Luz e água: etnografia de um processo de mudança*, 2003
43. Junção das cartas militares 472, 473, 474, 481, 482, 483, 490, 491 e 492, com a localização do rio Guadiana e das aldeias envolventes, depois da construção da Barragem de Alqueva, Gonçalo Henriques, 2014
44. Ortofotomapas de 1996 e de 2004 ilustrando a localização da Aldeia da Luz, prévia e posterior à formação da Albufeira de Alqueva, EDIA, em: Museu da Luz, 2013
45. Planta de implantação da antiga Aldeia da Luz, Pedro Pacheco, 2003.

46. Morfologia da nova Aldeia da Luz, Pedro Bandeira, em: <http://www.pedrobandeira.info/Aldeia-da-Luz-1996-2001>, 1996-2001
47. Antiga Aldeia da Luz, Afonso Alves, em: Museu da Luz, 2003
48. Nova Aldeia da Luz, Afonso Alves, em: Museu da Luz, 2008
49. Mensagens de contestação na antiga Aldeia da Luz, Miguel Proença, em: *Alqueva - Paisagem que muda, povo que espera*, 2001
50. Planta da antiga Aldeia da Luz, Pedro Bandeira, 1996-2001
. Planta da nova Aldeia da Luz, Gonçalo Henriques, em: <http://www.bing.com/maps/>, 2014
52. Quotidiano na antiga Aldeia da Luz, Miguel Proença, em: *Alqueva - Paisagem que muda, povo que espera*, 2001
53. Relação entre a antiga e a nova Aldeia da Luz, Miguel Proença, em: *Alqueva - Paisagem que muda, povo que espera*, 2001
54. Velha Aldeia da Luz após a conclusão da demolição, Pedro Pacheco, em: *Luz e água: etnografia de um processo de mudança*, 2003
55. Apresentação pública da nova Aldeia da Luz com o Arqt.º João Figueira, Pedro Bandeira, 1997
56. Apresentação pública da nova Aldeia da Luz, Pedro Bandeira, 1997
57. Antiga Aldeia da Luz, autor desconhecido, final do séc. XX
58. Nova Aldeia da Luz, Hélder Sousa, 2013
59. Detalhe da planta resultante do Inquérito, Pedro Bandeira, 1996-2001
60. Detalhe da planta do projecto de habitações, Pedro Bandeira, 1996-2001
61. 17 novas tipologias + 3 tipologias tradicionais, Pedro Bandeira, 1996-2001
62. Exemplo de Inquérito, Pedro Bandeira, 1996-2001
63. Fotomontagem com Unidade de Habitação na Aldeia da Luz, Pedro Bandeira, 1996-2001
64. Depósito de água da nova Aldeia da Luz, Pedro Bandeira, 1996-2001
65. Rua da Igreja na Aldeia da Luz, Gonçalo Henriques, 2014
66. Análise programática da nova Aldeia da Luz, esc. 1:2000, Gonçalo Henriques, 2014
67. Retrato da nova Aldeia da Luz, Gonçalo Henriques, 2014
68. Via que ligava Mourão à antiga aldeia da Luz, Gonçalo Henriques, 2013
69. Planta de implantação da proposta geral, esc. 1:7500, Gonçalo Henriques, 2014
70. Percurso de ligação entre o Centro de Investigação e a Aldeia da Luz, Gonçalo Henriques, 2014
71. Corte transversal do abrigo, esc. 1:50, Gonçalo Henriques, 2014
72. Intervenção no percurso pedonal e viário de ligação entre o Centro de Investigação e a Aldeia da Luz, Gonçalo Henriques, 2014
73. Intervenção no percurso pedonal e viário de ligação entre o Centro de Investigação e a Aldeia da Luz, Gonçalo Henriques, 2014
74. Planta do Abrigo, esc. 1:50, Gonçalo Henriques, 2014

- 75.** Planta de cobertura do Abrigo, esc. 1:50, Gonçalo Henriques, 2014
- 76.** Alçado Nascente do Abrigo, esc. 1:50, Gonçalo Henriques, 2014
- 77.** Pormenor tridimensional do sistema construtivo, Gonçalo Henriques, 2014
- 78.** Habitação da Aldeia da Luz, Gonçalo Henriques, 2014
- 79.** Planta de implantação das Residências do Horizonte Portugal, esc. 1:2000, Gonçalo Henriques, 2014
- 80.** rea de intervenção do Centro de Investigação, Gonçalo Henriques, 2014
- 81.** Planta de implantação do Centro de Investigação da Aldeia da Luz, esc. 1:2000, Gonçalo Henriques, 2014
- 82.** Vista panormica do Centro de Investigação sobre Monsaraz e Mourão, Gonçalo Henriques, 2014
- 83.** Vista panormica do Centro de Investigação sobre a Aldeia da Luz, Gonçalo Henriques, 2014
- 84.** Vista Panormica sobre a área de intervenção do Centro de Investigação, Gonçalo Henriques, 2014
- 85.** Planta do piso 0 do Centro de Investigação da Paisagem, esc. 1:250, Gonçalo Henriques, 2014
- 86.** Planta do piso 1 do Centro de Investigação da Paisagem, esc. 1:250, Gonçalo Henriques, 2014
- 87.** Planta de cobertura do Centro de Investigação da Paisagem, esc. 1:250, Gonçalo Henriques, 2014
- 88.** Corte C-C' do Centro de Investigação da Paisagem, esc. 1:125, Gonçalo Henriques, 2014
- 89.** Corte D-D' do Centro de Investigação da Paisagem, esc. 1:125, Gonçalo Henriques, 2014
- 90.** Alado Nascente do Centro de Investigação da Paisagem esc. 1:125, Gonçalo Henriques, 2014
- 91.** Corte construtivo da sala-corredor, esc. 1:50, Gonçalo Henriques, 2014
- 92.** Corte construtivo da sala de projecções e conferências, esc. 1:50, Gonçalo Henriques, 2014
- 93.** Pormenor da fachada Nascente, esc. 1:25, Gonçalo Henriques, 2014
- 94.** Corte construtivo do centro de formação, esc. 1:25, Gonçalo Henriques, 2014
- 95.** Planta do albufeira do Alqueva com indicação da proposta, Gonçalo Henriques, 2014
- 96.** Fotomontagem com implantação do Centro de Investigação, Gonçalo Henriques, 2014

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Paula; CANHÃO, Valdemar Luís; CARVALHO, Pedro; COSME, Susana; GONÇALVES, Ana; LOPES Conceição; SANTOS, Heloisa; SILVA, António Carlos. *Arqueologia nas terras da Luz*. AAVV, Beja: Museu da Luz/ EDIA, 2004. 110 p. ISBN 972-8666-06-3

BARATA, Filipe Themudo; MESTRE, Victor; PACHECO, Pedro; PEREIRA, Benjamim; SILVA, António Carlos. *Olhar o monte alentejano a pretexto de Alqueva*. AAVV, Beja: Museu da Luz/ EDIA, 2007. 163 p. ISBN 978-972-8666-09-5

Carta internacional sobre o turismo cultural, ICOMOS, Cidade do México 1999

DIAS, Carlos. Dez anos depois, a Aldeia da Luz “parece uma terra-fantasma”. *Público*. Lisboa. (18 Nov. 2012)

GEORGE, Maria João; PEREIRA, Benjamim; SARAIVA, Clara. *Museu da Luz*. AAVV, Beja: Museu da Luz/ EDIA, 2003

José María Sánchez García. <http://www.jmsg.es/THE-RING> [Consult. 26 Jul. 2014]

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 489 p. ISBN 978-052-129-480-5

Pedro Bandeira. <http://www.pedrobandeira.info/Aldeia-da-Luz-1996-2001> [Consult. 27 Dez. 2013]

REINO, João Pedro. *Aldeia da Luz, uma aldeia em ‘mudança’- a aldeia imaginada*. Porto, 2004. Trabalho de síntese apresentado à Escola Superior Artística do Porto.

RIBEIRO, JORGE. *Manuel Ribeiro fotografou os moinhos de água de Alqueva: Memória da paisagem submersa*. Lisboa: Edia S.A. / Era-Arqueologia S.A., 2004. 74 p. ISBN 972-8666-07-1 / 972-9044-66-X

SARAIVA, Clara. *Luz e água: etnografia de um processo de mudança*. AAVV, Beja: Museu da Luz/ EDIA, 2005. 358 p. ISBN 972-8666-08-X

SIMPÓSIO SAAL: EM RETROPROSPECTIVA. Porto, 2014 - *Do processo SAAL à Luz*. Porto: Fundação Serralves, 2014

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Territórios*. São Paulo: Editorial Gustavo Gili, 2002. ISBN 84-252-1864-0. p. 181-193